

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS DO SERTÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

DERLANE LIMA DOS SANTOS
PRISCILA RANIELLE DA SILVA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA (EJA) NA
FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO**

Delmiro Gouveia/ AL

2022

DERLANE LIMA DOS SANTOS,
PRISCILA RANIELLE DA SILVA ARAÚJO

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA (EJA) NA
FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas/Campus do Sertão.

Orientador: Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

Delmiro Gouveia - AL

2022

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca do Campus Sertão
Sede Delmiro Gouveia

Bibliotecária responsável: Renata Oliveira de Souza CRB-4/2209

S237e Santos, Derlane Lima dos

Educação de jovens e adultos: uma reflexão acerca da (EJA) na formação cidadã do aluno / Derlane Lima dos Santos ; Priscila Ranielle da Silva Araújo. – 2022.

55 f.: il.

Orientação: José Ivamilson Silva Barbalho.

Monografia (Pedagogia) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de Pedagogia. Delmiro Gouveia, 2022.

1. Educação de Jovens e Adultos – EJA. 2. Contexto histórico. 3. Contexto político. 4. Analfabetismo. 5. Cidadania. 6. Ensino e aprendizagem. I. Araújo, Priscila Ranielle da Silva. II. Barbalho, José Ivamilson Silva. III. Título.

CDU: 376

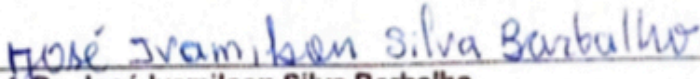
DERLANE LIMA DOS SANTOS,
PRISCILA RANIELLE DA SILVA ARAÚJO

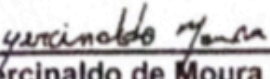
**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UMA REFLEXÃO ACERCA DA (EJA) NA
FORMAÇÃO CIDADÃ DO ALUNO**


Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de pedagogia da Universidade Federal de Alagoas – Campos do Sertão, como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho

Aprovada em: 21/Junho/2022


Prof. Dr. José Ivamilson Silva Barbalho


Prof. Me. Gercinaldo de Moura Medeiros


Prof. Me. José Bezerra da Silva

Dedicamos este Trabalho de Conclusão de Curso aos alunos e alunas que participaram e colaboraram com esta pesquisa, a eles, nossa dedicatória inicial.

Dedicamos também às professoras participantes da pesquisa, que também colaboraram com a produção do presente trabalho.

Por fim, dedicamos este trabalho ao grande pensador e educador brasileiro Paulo Freire, que nos trouxe grandes contribuições com suas obras.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos aqui de demonstrar nossa satisfação ao realizar este trabalho, primeiramente com gratidão ao Senhor Deus, que nos ajudou a seguir em frente, em meio a tanta dificuldade enfrentada nos tempos atuais, que sem Ele não teríamos conseguido concluir este trabalho.

As nossas famílias, por nos apoiar e incentivar nessa jornada. Ao nosso orientador Prof. Dr^o. José Ivamilson Silva Barbalho por todo apoio, e incentivo para realização do nosso trabalho. E a banca que aceitou o convite para se fazer presente na defesa deste trabalho.

Aos colegas de turma e ao nosso grupo de trabalho na Universidade. E a todos da escola pela ajuda e disponibilidade para realização dos questionários, onde fizemos toda nossa pesquisa com a turma da EJA.

“Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos, quer dizer, pode fazer deles seres desditados, objetos de um “tratamento” humanitarista, para tentar, através de exemplos retirados de entre os opressores, modelos para a sua “promoção”. Os oprimidos não de ser o exemplo para si mesmos, na luta por sua redenção.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo que tem como temática a Educação de Jovens e Adultos (EJA), buscando através dessa pesquisa elucidar questões relevantes do contexto educacional desse público adulto. Os principais pontos abordados no presente trabalho são o contexto político e histórico da (EJA) no Brasil, a situação do analfabetismo da população adulta, com taxas e índices ainda muito altos na atualidade, e o ponto principal da pesquisa está colocado a partir das falas dos agentes que atuam e constroem a (EJA), sendo eles os professores(as) e alunos(as) de uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL. E para a fundamentação teórica deste trabalho, foram utilizados autores como Freire (2021), em sua obra Pedagogia do oprimido, também Gadotti (2014), Pinto (1984), Costa e Machado (2017), entre outros autores importantes que abordam o tema da educação de adultos, textos e periódicos também foram utilizados. Dessa forma, a intencionalidade da pesquisa visa apresentar um panorama atual e com análises feitas a partir desses autores e pensadores do tema Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil, um tema muito relevante no contexto educacional do país, que merece e precisa receber uma forte atenção na busca de solucionar e superar as barreiras que atrapalham a execução da oferta de um ensino de qualidade para esse público ainda na atualidade.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. História. Cidadania.

ABSTRACT

The present work is the result of a bibliographical, documentary and field research that has as its theme the Youth and Adult Education (EJA), seeking through this research to elucidate relevant issues of the educational context of this adult audience. The main points addressed in the present work are the political and historical context of (EJA) in Brazil, the situation of illiteracy of the adult population, with rates and rates still very high today, and the main point of the research is placed from the speeches of the agents that work and build the (EJA), being the teachers and students of a municipal school in Delmiro Gouveia - AL. And for the theoretical foundation of this work, authors such as Freire (2021), in his work *Pedagogia do oprimido*, also Gadotti (2014), Pinto (1984), Costa and Machado (2017), among other important authors that address the topic were used. of adult education, texts and periodicals were also used. In this way, the intention of the research aims to present a current panorama and with analyzes made from these authors and thinkers on the theme Education for Youth and Adults (EJA) in Brazil, a very relevant topic in the educational context of the country, which deserves and needs to receive a strong attention in the search to solve and overcome the barriers that hinder the execution of the offer of a quality education for this public still today.

Keywords: Youth and Adult Education. History. Citizenship.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: com os dados dos professores.....	35
Quadro 2: com os dados dos alunos.....	42-43

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CEAA	Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB	Câmara de Educação Básica
CNEA	Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
CNE	Conselho Nacional de Educação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
PNA	Política Nacional de Alfabetização
PNE	Plano Nacional de Educação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SUMÁRIO

1	Introdução.....	13
2.	Marco Teórico e análise histórica da legislação sobre a (EJA). Quais os avanços e quais os impasses?	16
2.1	Breve reflexão sobre a EJA como um direito e exercício da cidadania	23
3	Pesquisa de campo enquanto instrumento necessário e fundamental para o estudo e a análise da realidade da EJA: expondo a metodologia do trabalho	28
3.1	Breve análise dos dados sobre a situação do analfabetismo atualmente no Brasil.....	31
4	Análise das respostas dadas pelos professores e alunos da EJA de uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL	37
4.1	Análise das respostas dadas pelas professoras.....	40
4.2	Análise das respostas dadas pelos alunos e alunas	47
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54

1 Introdução

Por trás de toda conquista, sempre haverá uma história de anos de lutas. Cada direito alcançado e presente na constituição, desde a educação de qualidade, direito a cidadania, liberdade do voto, direitos trabalhistas, licença maternidade, entre outros, são resultados de lutas, derramamento de sangue, de militância e, sem sombra de dúvidas, de mobilização proletária, da classe trabalhadora.

No entanto não se parar por aí, o pouco conquistado não quer dizer que não possa ser melhorado, sempre haverão novas conquistas a serem alcançadas e sempre haverá algo a ser aperfeiçoado. O que não se pode querer, é ver esses direitos regredirem ou serem esquecidos. Assim, fazendo esse pequeno apontamento é que são apresentados aqui os interesses da pesquisa sobre a (EJA) Educação de Jovens e Adultos, e o direcionamento das políticas públicas vigentes, voltadas para essa modalidade de ensino no atual cenário político, econômico e social.

O interesse em fazer da (EJA) o objeto de pesquisa nasce a partir da significância por trás de sua história, uma vez que, os principais responsáveis pela sua constituição enquanto um direito civil, foram e continuam sendo os movimentos sociais e sua mobilização em anos de luta. Diante da realidade presente, na qual a população se depara com o atual cenário e contexto político, econômico e social, é possível notar a falta de projetos e de um plano educacional por parte do atual governo federal, que esteja de fato preocupado com a educação, pois as ações tomadas pelo governo Bolsonaro são totalmente incoerentes com a busca por qualidade educacional, realizando cortes financeiros e desmontes nessa área e principalmente, realizando discursos ofensivos aos trabalhadores, apresentando dessa forma um panorama preocupante e turbulento.

Diante disso, há a necessidade do desenvolvimento de um pensamento crítico na escola, não só um pensamento como também uma formação crítica, como propôs Paulo Freire. Mediante tentativas de retirá-lo do MEC, entende-se aí que o atual governo deixa claro quem é o seu inimigo; a classe trabalhadora. E nesse momento se justifica o novo olhar ao qual é lançado sobre a (EJA) uma vez que esta surgiu a partir da necessidade de alfabetizar aqueles que não tinham concluído o ensino básico, na maioria jovens e adultos pertencentes a classe proletária.

Nesse bojo, frente a indisposição do governo para com as políticas públicas educacionais, torna-se necessária a reflexão a cerca da (EJA), pois nesses novos tempos de

tiranía educacional, considerando o momento atual delicado em que a população está vivendo, no qual o povo brasileiro se depara frente aos impasses na perda de direitos fundamentais, entre eles o desenvolvimento dos direitos educacionais conquistados em anos de luta, estão ameaçadas conquistas inegociáveis e que são os pilares da democracia no Brasil.

Considerando ser dever do Estado a garantia dos direitos e promoção da cidadania para a superação da discriminação e da desigualdade social, se faz preciso lançar a seguinte interrogativa: Qual o lugar da (EJA) nas políticas públicas atuais? O que devemos esperar da educação de jovens e adultos nessa atual conjuntura em que se encontra o Brasil?

O processo histórico na educação de jovens e adultos revelou-se como um marco de desafios para a concretização da (EJA) como um direito social no Brasil, no entanto os retrocessos eminentes ao qual as políticas educacionais estão sujeitas, leva ao entendimento de que também aquela política destinada a educação de jovens e adultos está mais fragilizada e assim propensa a implicações e desafios nesses novos tempos com a sua desvalorização e desprezo por parte da atual gestão governamental. No sentido de que é preciso compreender sobre o alinhamento político do atual governo, que é um alinhamento neoliberal, portanto um alinhamento que visa o Estado mínimo e a não promoção de direitos, pelo contrário, visa a retirada de direitos sociais.

Portanto para realizar o presente estudo foi definido como objetivo geral: analisar a modalidade de ensino (EJA) dentro das políticas públicas no atual governo, bem como realizando um resgate histórico sobre como ocorreu o processo da educação de adultos no Brasil e suas implicações políticas para a população. Analisando também o contexto do Brasil após a constituição de 1988, e as legislações da educação como a LDB 9394/1996, expondo e analisando o texto do atual Plano Nacional de Educação (PNE) sobre a (EJA) e outras legislações tanto atuais quanto históricas também.

Ressaltando que a presente pesquisa se caracteriza como quantitativa e qualitativa, sendo bibliográfica, onde foram utilizados autores relevantes que tratam do tema, tais como Paulo Freire 2015, Costa e Machado 2017, Basegio e Borges 2013 entre outros autores e periódicos, esses autores auxiliaram na análise dos dados e na fundamentação do tema deste trabalho, e também se trata de uma pesquisa de campo, onde foram ouvidos os alunos e os professores da modalidade (EJA) numa escola pública municipal da cidade de Delmiro Gouveia – AL.

O presente trabalho está dividido em três capítulos, no primeiro capítulo será exposto o resgate histórico da educação de adultos no Brasil, como se deu esse processo ao longo do século XX e qual o panorama atual em pleno século XXI, as políticas, os agentes e os

movimentos sociais que impulsionaram a (EJA) para a situação atual. No segundo capítulo será exposta a metodologia utilizada no trabalho, como também serão expostos e analisados de forma breve, dados atuais sobre o analfabetismo no Brasil coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o objetivo de apresentar um panorama e ou um retrato do analfabetismo hoje no Brasil. No terceiro e último capítulo estão as respostas dos alunos(as) e professores(as) ao questionário aplicado, também serão analisadas essas respostas com o objetivo de buscar compreender o perfil do público-alvo da (EJA), e quais os anseios e as expectativas desses alunos e desses professores, e por fim estão postas as considerações finais acerca das análises feitas no presente trabalho, ressaltando a relevância acadêmica desta pesquisa e apresentando propostas para uma possível continuação do desenvolvimento do trabalho.

2. Marco Teórico e análise histórica da legislação sobre a (EJA). Quais os avanços e quais os impasses?

Inicialmente se torna necessário para este trabalho abordar, mesmo que de forma breve e sucinta, sobre a história de luta e de conquistas da população público-alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), situando assim o contexto histórico. É claro que o descaso dos dirigentes do país para com o estabelecimento e a execução de políticas públicas e sociais que proporcionassem o estabelecimento dos direitos básicos ao povo brasileiro remete aos tempos do império, porém daquela época até os dias de hoje, houveram sim avanços importantes, mas ainda insuficientes para a erradicação do analfabetismo por exemplo.

Quando se analisa essa trajetória histórica que vem desde o império até o surgimento da república, percebe-se o quanto a população do Brasil sofreu nas mãos dos seus dirigentes políticos e financeiros, a elite herdeira de posses construídas em cima do trabalho escravo e sobretudo da mão de obra negra, nunca se importou em ressarcir esse contingente populacional, garantindo-lhes direitos básicos desde o fim da escravidão no Brasil, tais como saúde, educação, moradia digna entre outros, direitos esses que até hoje a população ainda luta por seu aperfeiçoamento.

Com isso, e iniciando a análise a partir do contexto educacional do século XX no Brasil, é possível depreender, que os resquícios de um Brasil colônia, imperial e escravocrata se estenderam até meados e final do século passado, especificamente no que se refere ao contexto educacional pois, de acordo com Strelhow (2010),

[...] este descaso com a educação levou o Brasil a alcançar a incrível marca de 72% de analfabetismo em 1920. Em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Esse foi o primeiro plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a educação de jovens e adultos. E foi a partir da década de 40 e com grande força na década de 50 que a educação de jovens e adultos voltam a pautar a lista de prioridades necessárias do país. Em 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundado em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fosse empregado na educação de adolescentes e adultos. (p. 52).

Ou seja, a partir do que coloca Strelhow (2010), é possível argumentar sobre o quanto tardia foi a implementação de ações e políticas voltadas a solucionar os problemas educacionais no Brasil, em especial do público jovem e adulto que não tinha acesso nem sequer a educação primária.

Como exposto anteriormente pelo autor, os dados referentes ao analfabetismo são alarmantes mesmo para aquela época, sendo algo inimaginável para qualquer país que se vislumbrasse desenvolvido, permanecer com índices e taxas tão absurdas de analfabetismo.

Fazendo uma relação do que está posto na primeira citação, com o que Haddad e Di Pierro (2000) expõem, acaba sendo possível argumentar que no período da primeira república no Brasil, a população de jovens e adultos analfabetos não podia exercer plenamente a sua cidadania pois, de acordo com os autores, a constituição de 1891, que foi o primeiro marco legal da república brasileira, “[...] estabeleceu também a exclusão dos adultos analfabetos da participação pelo voto, isto em um momento em que a maioria da população adulta era iletrada.” (p. 109).

Ou seja, todo esse contingente populacional não poderia praticar e exercer sua cidadania, com isso cabe a seguinte questão; existia de fato democracia no Brasil no início do século XX? Sem que a maioria da população pudesse exercer plenamente o seu direito ao voto? Com certeza a democracia nessa época era praticamente inexistente, pois se a maioria do povo não podia decidir os rumos que gostaria de ter para o seu país, porque eram considerados incultos e incapazes por serem analfabetos, quem seriam os agentes que tomavam as decisões e faziam as escolhas? Com certeza aqueles que sempre tiveram o poder dirigente e financeiro no país, a elite política e econômica da época.

Os autores Nunes e Castro (2013), também trazem apontamentos e dados importantes sobre todo esse contexto histórico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Segundo os autores em cada época e momento histórico, esse tema da educação de adultos foi campo de lutas, debates e embates entre os mais diversos agentes políticos, intelectuais e sociais. Pois segundo Nunes e Castro (2013),

Em 1947, no governo de Eurico Gaspar Dutra, aconteceu a 1ª Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos CEAA, promovida pelo Ministério da Educação e Cultura, propondo a alfabetização de adultos analfabetos em três meses, o oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. O objetivo desta campanha não era apenas alfabetizar, mas aprofundar o trabalho educativo. (p. 47).

A partir dessa colocação dos autores, se torna possível analisar o quão tardio foram o início das ações governamentais para o combate ao analfabetismo e a promoção da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, quando se olha a data da primeira Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), ocorrida ainda no governo Eurico Gaspar Dutra.

Seguindo de acordo com Nunes e Castro (2013) em seu trabalho intitulado: Contribuições da perspectiva freiriana na educação de jovens e adultos, os autores trazem um dado

importante referente a I Conferência Internacional de Educação de Adultos, que ocorreu na Dinamarca no ano de 1949, onde a partir dessa conferência, a modalidade educacional de Jovens e Adultos passou a ser concebida como um tipo de Educação Moral.

Continuando com esse pequeno resgate histórico a partir do que trazem os autores já citados, é possível argumentar também, sobre as campanhas realizadas na década de 1950 para a erradicação do analfabetismo, dentre essas campanhas estava a (CNEA) Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, que abriu discussões sobre o tema, porém “A CNEA, em 1961, passou por dificuldades financeiras, diminuindo suas atividades. Em 1963 foi extinta, juntamente com as outras campanhas até então existentes.” (NUNES e CASTRO 2013, p. 47).

Ou seja, um projeto que se fosse de fato efetivado e que se obtivesse recursos específicos para a sua execução permanente talvez apresentasse resultados significativos, porém ao invés de um aprimoramento contínuo, houve uma descontinuidade em sua realização. E ainda dentro do que Nunes e Castro (2013) apresentam, se torna relevante falar sobre o fato de que,

A partir da II Conferência Internacional de Educação de Adultos, em Montreal, no ano de 1963, a Educação de Adultos passou a ser vista sob dois enfoques distintos: como uma continuação da educação formal permanente e como uma educação de base ou comunitária. (p. 47).

A partir dessa II Conferência em Montreal, houve uma mudança com relação ao paradigma da Educação de Adultos, no sentido de compreender essa educação enquanto um direito de todo cidadão, direito de aprender e receber uma formação digna, tendo acesso comunitário ao ensino.

Dessa forma, torna-se necessário também falar sobre o grande pensador e educador brasileiro, Paulo Freire, que em suas produções teóricas revolucionou o modelo pedagógico de pensar, e atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). É preciso citar como exemplo a experiência realizada por Freire em Angicos no estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Gadotti (2014),

A experiência de Angicos nasce de um convite feito, em 1962, por Calazans Fernandes, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte e coordenador do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN). Calazans Fernandes e Maria José Monteiro, ex-aluna de pedagogia de Paulo Freire, reuniram-se com ele no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife para falar sobre o projeto de Angicos. Paulo Freire aceitou o convite com duas condições: autonomia para contratar os coordenadores e alfabetizadores e não interferência político-pedagógica e ideológica (Paulo Freire temia que o fato dos recursos virem da Aliança para o Progresso pudesse interferir no seu trabalho). (p 54).

Ainda segundo Gadotti (2014), o método com o uso de palavras geradoras adotado por Paulo Freire para alfabetizar a população de Angicos, proporcionou a alfabetização de mais de 300 trabalhadores em apenas 40 horas, e esse método acabou sendo conhecido não só no Brasil como também internacionalmente já naquela época.

Ainda de acordo com Gadotti (2014), “O presidente João Goulart viu, na experiência de Angicos, a possibilidade de tirar milhões de brasileiros da miséria e incluí-los na cidadania.” (p. 58). Com isso, a partir do que apresenta o autor, o presidente João Goulart, com a proposição de Darcy Ribeiro, teria o interesse em chamar Paulo Freire para conceber um programa nacional de alfabetização de adultos baseado na experiência de Angicos. Esse programa chegou a ser criado pelo governo do então presidente João Goulart, porém não houve tempo para a sua implementação, pois o golpe militar de 1964 não permitiu a continuidade do mesmo, pois com “[...] o golpe civil militar de 1964. Dia 14 de Abril, logo após o golpe de estado, o Decreto nº 53.886, um dia antes do General Castelo Branco assumir o poder, extinguiu o Programa Nacional de Alfabetização.”

Com isso, e passando para o período a partir do ano de 1964, os autores Nunes e Castro (2013), argumentam sobre como decorreu o processo educacional do público jovem e adulto nessa época e quais foram as mudanças essenciais ocorridas no contexto do início do regime militar no Brasil, argumentando sobre a repressão sofrida por todos os movimentos de alfabetização que estivessem alinhados à ideia de estruturar uma cultura popular, como foi o que ocorreu com Paulo Freire.

Justamente nesse período do regime militar no Brasil, vai surgir um outro programa voltado para o atendimento do público-alvo da Educação de Jovens e Adultos, chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização Mobral, segundo Basegio e Borges (2013),

Na década de 1960, com o advento do regime militar, tivemos a criação do Movimento Brasileiro de Alfabetização Mobral, no ano de 1969. Esse programa caracterizou-se como a principal política de educação destinada a jovens e adultos implementada pelos governos militares. Com uma coordenação fortemente centralizada pela União, o Mobral buscava estender a alfabetização a todos os adultos do país, além de servir como um instrumento de divulgação e legitimação da ordem e da ideologia imposta pelos militares à sociedade brasileira. (p. 14).

O Mobral, surge enquanto projeto alfabetizador para a sociedade brasileira durante o período em que se estendeu todo o regime militar, de 1964 a 1985 e como exposto pelos autores na citação anterior, o Mobral possuía também finalidades políticas, no sentido de buscar promover a boa imagem dos militares e ao mesmo tempo, impossibilitar uma formação

educacional que proporcionasse aos alunos obter uma visão crítica do contexto político e social da época, tendo em vista o aparato repressor do governo caso isso ocorresse.

No entanto, ainda de acordo com os autores Basegio e Borges (2013), o Mobral Movimento Brasileiro de Alfabetização, apresentou-se ineficiente e acabou ficando sem crédito perante a sociedade, pois grande parte dos estudantes desse curso não apresentaram os resultados almejados no início da sua concepção, sendo o curso Mobral encerrado em 1985 no governo do então presidente José Sarney.

Com o fim do regime militar e o início da abertura democrática no Brasil, a população passou a obter importantes conquistas no campo democrático, dentre essas conquistas uma das principais, se não a principal conquista foi o direito ao voto, a retomada das eleições gerais a partir de 1989, como também a promulgação da constituição de 1988, foram conquistas basilares para a construção da redemocratização e das conquistas subsequentes à essas anteriores pois, ainda de acordo com Nunes e Castro (2013),

No início dos anos de 1980, o Brasil viveu importantes transformações sociopolíticas, com o fim dos governos militares e a retomada do processo de democratização. Em 1985, o MOBREAL foi abolido, sendo substituído pela Fundação Educar. A situação da redemocratização permitiu a ampliação das atividades da EJA. Os estudantes, educadores e políticos instituíram-se em defesa da escola pública e gratuita para todos. A nova Constituição de 1988 trouxe importantes avanços para a EJA: o ensino fundamental obrigatório e gratuito passou a ser garantia constitucional também para os que a ele não tiveram acesso na idade apropriada. (p. 49).

É importante ressaltar também, que durante o final dos anos 1980 e início da década de 1990 houveram conferências mundiais importantes que debatiam e planejavam o contexto educacional, e em específico a Educação de Jovens e Adultos, dentre essas conferências é possível destacar a Conferência de Jomtien na Tailândia, em março de 1990, resultando na elaboração de um documento que visava a superação das barreiras para que a promoção e o estabelecimento da educação ocorresse e fosse ofertada com qualidade para o seu público-alvo, incluindo os jovens e adultos, pois

Ainda em 1990, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, entendeu-se a alfabetização de Jovens e Adultos como a primeira etapa da Educação Básica, consagrando a ideia de que a alfabetização não pode ser separada da pós-alfabetização. (NUNES e CASTRO, 2013, p. 49).

A declaração de Jomtien, acabou sendo um marco muito importante para todos os países pensarem acerca da qualidade e da oferta educacional para as suas populações, no sentido de que os meios e os recursos minimamente necessários fossem disponibilizados para que isso

ocorresse, assim também como a Educação de Jovens e Adultos, passou a ser considerada como etapa da educação básica.

Dessa forma, a partir do que o texto constitucional traz em seu artigo nº 208, é possível arguir que a Educação de Jovens e Adultos (EJA), passa a ser também dever do Estado, quando em seu texto constitucional diz que a educação de todos é dever do mesmo. Também a partir de 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, na Seção V e no Artigo. 37, quando diz que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” (BRASIL, 1996). Transfere a partir do texto nesse artigo e em seus incisos, responsabilidade direta ao poder público, pela oferta, garantia e continuidade no ensino do público-alvo da (EJA), considerando e atendendo as especificidades desse público-alvo.

A partir disso, é possível avaliar o quanto foi importante a mudança política no Brasil na década de 1980 e 1990, pois com a redemocratização do país, várias conquistas e direitos puderam ser de fato efetivados, ainda na década de 1990 com os governos neoliberais dos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, houveram muitos entraves e empecilhos para que de fato se fizesse cumprir os direitos e garantias constitucionais, porém a luta contínua dos movimentos sociais colaborou e continua colaborando para que as medidas sigam sendo efetivadas e aperfeiçoadas, pois, “Todavia, como esse debate normativo não se refere apenas ao que está vigente, é preciso compreender que o que temos hoje na legislação brasileira é fruto de luta [...]” (COSTA e MACHADO, 2017, p. 58).

Com o início do século XXI, houveram modificações importantes no cenário político nacional e conseqüentemente no campo educacional dos jovens e adultos, sendo importante e necessário dessa forma, falar também sobre a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, que se deu a partir do “Parecer CNE/CEB nº 11/2000, orientando assim a construção das Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA (BRASIL, 2000^a), de autoria do Conselheiro Professor Carlos Jamil Cury.” (COSTA e MACHADO, 2013, p. 55).

A produção desse documento foi muito importante, no sentido de estabelecer um referencial teórico e de leis produzidos especificamente pensando a temática da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pois

Para entender as questões normativas da EJA, Cury sistematiza, no Parecer CNE/CEB nº 11/2000, todo o arcabouço legal da política educacional brasileira, desde a primeira constituição brasileira, que ainda era Imperial, aos dias atuais. (COSTA e MACHADO, 2013, p. 58).

Houveram também no início da primeira década do século XXI, a implementação de outros programas que tinham como objetivo o combate e a erradicação do analfabetismo, uma vez que o Brasil entrou nos anos 2000 com taxas ainda muito altas de analfabetismo, índices de fato preocupantes e inaceitáveis. Nesse sentido

A partir de 2004, com o desenvolvimento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), a EJA passou a receber um suporte de recursos e vários programas foram criados, muitos deles com a supervisão direta do Governo Federal. Como exemplo, podemos citar o programa Pró-jovem, que visa atingir indivíduos entre 16 e 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. Um dos objetivos desse programa é evitar que esses jovens, os quais se encontram em situação de vulnerabilidade social, sejam atraídos para o mundo da criminalidade. Portanto, o programa está voltado para a escolarização e qualificação profissional daqueles que frequentam os cursos, tendo ainda, como incentivo, a oferta de um auxílio financeiro aos estudantes, buscando impedir a evasão dos alunos por necessidades oriundas de suas condições econômicas. (BASEGIO e BORGES, 2013, p.18).

O programa Projovem é um exemplo de programa que teve continuidade e que segue proporcionando aos jovens oportunidades de seguir na vida escolar, estabelecendo como princípio a ideia de que é através da educação que se dá a construção de um futuro melhor.

Outro documento muito importante que estabelece metas a serem alcançadas na educação, é o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, que em sua meta 8, traz as bases e os objetivos a serem alcançados para a melhoria e a qualidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois a meta 8 do Plano estipula o seguinte:

Meta 8: elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos, de modo a alcançar, no mínimo, doze anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (BRASIL, 2014, p. 67).

A partir dessa meta principal, o plano traça mais seis estratégias visando o objetivo central que é, a oferta com qualidade da Educação de Jovens e Adultos para todas e todos os alunos que desejem concluir os seus estudos.

É importante ressaltar que o (PNE), é um documento construído coletivamente e em cooperação entre os entes federados que são os estados, os municípios e o Distrito Federal, portanto o cumprimento das suas metas é também de responsabilidade de todos, e para que isso ocorra é necessário o real investimento no campo educacional, contemplando e cobrindo as estipulações do Plano Nacional de Educação. Referente a meta 9, ela está direcionada para o combate ao analfabetismo, estipulando o seguinte;

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional. (BRASIL, 2014, p. 68).

Ou seja, uma meta que traz esperança, quando diz e busca erradicar o analfabetismo absoluto no país, um desafio ainda muito grande, pois resgatando a história, esse era sem dúvida o anseio de muitos pensadores e educadores de épocas passadas que buscavam construir programas e projetos que possibilitassem a eliminação do analfabetismo no Brasil, como era o caso de Paulo Freire, Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e entre outros grandes nomes que pensavam a educação no Brasil.

A partir do terceiro capítulo, estarão postos os dados referentes ao analfabetismo no Brasil, onde buscou-se através da coleta desses dados, expor a atual situação do país referente a esse problema grave que ainda nos dias de hoje insiste e persiste entre a população brasileira. Fazendo também uma análise desses dados embasada nos autores que tratam do tema, como Freire (2021), Gadotti (2014), Pinto (1984) e entre outros.

Com relação a meta 10 do (PNE), a mesma visa alcançar “[...] 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.” (BRASIL, 2014, p. 69). Portanto, o (PNE), apresenta esse compromisso de que os entes federados e o poder público se responsabilizem pela oferta da (EJA) para o seu público-alvo, buscando de certa forma associar essa formação educativa também com uma formação profissionalizante, onde o aluno ou aluna da (EJA), também possa aprender uma profissão a nível médio e técnico.

Na meta 10 do (PNE), também estão postas as estratégias para se alcançar os resultados desejados com esse modelo educacional, sendo onze estratégias no total, com isso é possível argumentar sobre a importância que o Plano Nacional da Educação tem para com a Educação de Jovens e Adultos, em suas metas e estratégias, o Plano visa a busca por uma educação de qualidade e qualificadora dos jovens e adultos que ainda não puderam concluir seus estudos. Dessa forma, o (PNE) precisa ser respeitado pelos poderes políticos, e principalmente precisa ser colocado em prática e cumpridas as suas metas.

2.1 Breve reflexão sobre a EJA como um direito e exercício da cidadania

É preciso compreender que o direito é a porta para o exercício da cidadania, a partir daí é perceptível o quanto a educação é um instrumento valioso, na medida em que ela é a chave

que abre caminhos para um mundo possivelmente melhor. Porém, essa educação não deve ser uma qualquer, ela precisa ser pensada, elaborada e planejada levando em consideração a realidade do aluno, no sentido de pensar qual o modelo educacional precisa ser ofertado para esse aluno em específico?

Nesse sentido, é preciso conhecer e identificar o público-alvo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), quem são de fato esses agentes sociais? De início já é possível pensar que os alunos da (EJA) apresentam características comuns ao da classe trabalhadora brasileira em geral, e além disso também são agentes sociais que apresentam um histórico de vida e de luta muito árdua, sejam eles trabalhadores camponeses ou urbanos, no geral, o perfil do aluno ou aluna da (EJA), é o perfil de toda uma população carente de assistência e formação educacional por parte do Estado. Nesse sentido Basegio e Borges (2013), argumentam que,

É preciso um reconhecimento das características e peculiaridades desses estudantes. É necessário que a escola os veja como indivíduos que estão envolvidos em uma determinada realidade, a qual é dada pelas circunstâncias sociais em que vivem. Assim, faz-se necessário reconhecer que os atuais alunos da EJA, em sua maioria, são jovens e oriundos de um ambiente urbano, para que haja uma adequação dos conteúdos e temas trabalhados em sala de aula à realidade por eles vivenciada, produzindo-se, a partir disso, uma ação pedagógica significativa para esses educandos, o que, por sua vez, contribuirá para que eles não se evadam novamente da escola. (p. 20).

Reconhecer o perfil desse alunado é essencial para a elaboração, promoção e execução de uma pedagogia libertadora como ensina Paulo Freire na sua obra: *Pedagogia do oprimido*, uma pedagogia do questionamento, onde a instigação pelo saber seja constantemente estimulada pelo professor, e não apenas sejam transmitidos os saberes e conteúdos de forma mecânica.

Outro ponto importante a se destacar ainda de acordo com os autores Basegio e Borges (2013) é referente e “infantilização da EJA”, termo utilizado pelos autores, para debater a abordagem pedagógica incoerente e ineficaz muitas vezes adotada e praticada por professores dessa modalidade de ensino, nesse sentido eles argumentam que,

Quando utilizamos o conceito de infantilização da EJA, estamos nos referindo à caracterização que se faz do jovem ou adulto que retorna aos bancos escolares como alguém atrasado. Em outras palavras, apontamos para a noção, comumente divulgada, de que aqueles que tiveram de abandonar a escola são pessoas que deixaram de se desenvolver psicologicamente e cognitivamente. (p. 27).

Essa colocação feita pelos autores é muito importante e auxilia na compreensão também do quanto o professor da (EJA) enquanto agente formador precisa estar preparado para exercer essa função, precisa ter clareza e conhecimento histórico sobre a Educação de Jovens

e Adultos, no sentido de compreender que os jovens e adultos alunos da (EJA) não pararam no tempo, são agentes sociais que possuem uma história e trajetória de vida, e que essa trajetória precisa ser respeitada e valorizada. Os educadores da (EJA) precisam compreender portanto que esses educandos, não são portadores de nenhuma patologia psicológica ou mental, mas são alunos que tiveram suas vidas no meio educacional interrompidas por motivos de condições sociais e materiais de existência. (BARSEGIO e BORGES, 2013, p. 28).

De fato e infelizmente esse ainda é um paradigma a ser rompido, e isso de fato apenas irá ocorrer quando toda a sociedade despertar para uma realidade cruel de exploração da vida humana ainda em pleno século XXI, mesmo fazendo referência a questão pedagógica da não “infantilização da EJA”, é preciso dar esse ponta pé inicial de conhecer de fato esse público-alvo, esse alunado que é jovem, que é adulto e precisa conciliar a jornada de trabalho com a jornada de estudos, pois busca e ver na educação um caminho seguro para a melhoria da sua vida seja pessoal, como também profissional.

Nesse sentido é preciso trazer para o debate as contribuições do grande educador Paulo Freire, quando em sua obra “Pedagogia do oprimido”, passa a condenar o modelo de educação bancária que propunha apenas o ensino unilateral por parte do professor, com a aplicação dos conteúdos sem a possibilidade de diálogo e questionamento por parte do aluno, dessa forma

Não pode haver conhecimento pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador. Não realizam nenhum ato cognoscitivo, uma vez que o objeto que deveria ser posto como incidência de seu ato cognoscente é posse do educador e não mediatizador da reflexão crítica de ambos. (FREIRE, 2021, p. 96).

Em contrapartida, Freire propunha uma educação dialógica, libertadora e questionadora, como instrumento de libertação do aluno da educação de adultos, e que essa educação promovesse a sua mobilização social, no sentido de despertar a criticidade sobre o seu meio social, para que assim a transformação ocorresse e a cidadania desses alunos fosse de fato efetivada. Nesse sentido Freire (2021) esclarece que,

[...] enquanto a prática bancária, como enfatizamos, implica uma espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica um constante ato de desvelamento da realidade. (p. 97)

Para Paulo Freire, essa seria a única prática pedagógica possível, uma prática pedagógica que não menospreza os saberes sistematizados planejados pelos professores, e muito menos

menospreza os saberes do educando, mas sim, constrói junto ao trabalho do educador um conhecimento crítico alicerçado na base do diálogo e da troca de saberes entre educador e aluno.

Basegio e Borges (2013) corroboram com o que Paulo Freire diz, pois os autores também compreendem a Educação de Jovens e Adultos enquanto um mecanismo forte de tomada de consciência e identidade política e social, pois

[...] o papel da EJA não deve ser apenas o de transmitir saberes instrumentais, os quais, hipoteticamente, poderiam auxiliar os educandos a conseguirem uma colocação dentro do mercado de trabalho. Sobretudo, devemos entender que seu papel é o de promover uma reflexão sobre os fundamentos que determinam as condições de existência dos educandos que procuram essa modalidade de ensino, como também das condições de existência de todos os membros da sociedade. (p. 41).

Os autores trazem colocações que vão de encontro com o que Paulo Freire apresenta na sua obra: Pedagogia do oprimido, são pontos importantes de serem considerados nessa análise, pois o papel essencial da educação é de fato a formação cidadã também. É através dessa formação que o meio social se modifica, as relações entre as pessoas se fortalecem na luta pelo bem coletivo, pelo bem comum, pois

Quando o trabalhador-estudante percebe que também é um sujeito sabedor e que utiliza seu saber para agir em sociedade, estamos valorizando a sua cultura. Essa valorização lhe permite estabelecer interfaces entre a sua cultura e a cultura e os saberes institucionais, os quais são trabalhados pela escola. Ao compreender que a sua condição social não é fruto de uma incapacidade congênita atribuída às classes populares, mas que deriva de uma relação de forças que está presente na sociedade, ele desperta em si a consciência da possibilidade de transformação. Deixa portanto, de ser um alguém passivo e submisso, para tornar-se um ator social, exercendo sua cidadania através da reivindicação de seus direitos. (p. 32).

Outro breve recorte sobre o público da (EJA) também deve ser feito além da questão relacionada ao público trabalhador, esse recorte compreende aspectos relacionados a questão Étnico-Racial, de idade, de gênero, religioso, trabalhadores do campo e da cidade. Referente a isso, Gadotti (2014) coloca que,

A heterogeneidade é uma marca da EJA. Ela atende os excluídos dos excluídos: indígenas, quilombolas, populações do campo, ciganos, pessoas portadoras de deficiências, pessoas em situação de privação de liberdade, catadores de materiais recicláveis, população em situação de rua... que, mesmo exigindo também tratamento didático-pedagógico e materiais didáticos que atendam a todos, sem distinção, pois todos estão sendo alfabetizados, necessitam, por outro lado, de atenção pedagógica e metodológica diferenciada e específica. Isso porque, também segundo Freire, é o contexto que deve ser levado em consideração antes de qualquer planejamento educacional. (p. 21).

Existe de fato, todo esse recorte social referente a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, é preciso considerar também essa especificidade apontada por Gadotti (2014), o Brasil enquanto um país de dimensões continentais, e que apresenta toda a diversidade cultural que apresenta, precisa compreender os seus agentes sociais, que fazem parte e integram o povo, portanto, toda e qualquer política pública educacional precisa considerar as especificidades dessa população.

3 Pesquisa de campo enquanto instrumento necessário e fundamental para o estudo e a análise da realidade da EJA: expondo a metodologia do trabalho

A partir desse capítulo será exposta a metodologia utilizada e trabalhada para a realização da presente pesquisa, com o objetivo de enriquecimento científico foram trazidas as contribuições de Alvarenga (2012) e de Gil (2008), autores relevantes que abordam sobre o trabalho na investigação científica.

É possível dizer que esta é uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, pois foram feitas leituras de autores que abordam a temática da Educação de Jovens e Adultos, tais como Freire (2021) e Gadotti (2014) entre outros, e a partir dessa fase inicial de leitura foram elaborados os instrumentos de pesquisa, os questionários, que foram pensados em dois tipos, sendo um tipo pensado e elaborado para os professores da (EJA) e um tipo de questionário elaborado e pensado para os alunos da (EJA), aplicados em uma única turma, de uma escola municipal de Delmiro Gouveia-AL.

Após essa fase da coleta de dados, foram feitas as tabulações dos mesmos e a categorização das respostas dadas pelos professores e pelos alunos, essas respostas estão postas e analisadas a partir do terceiro capítulo deste trabalho. Nesse sentido, falando sobre estudo de campo, Alvarenga (2012) coloca que,

Os estudos se realizam em ambientes naturais donde se encontra o problema a investigar, sem manipular variáveis. Não se supõe técnicas experimentais. A técnica de estudo preferentemente utilizada é a observação no contexto natural sobre fenômenos reais: fatos, fenômenos, entidades em geral. O investigador observa o fenômeno, motivo de seu estudo. O fenômeno já existia, é um estudo post facto, Examina e analisa as relações que se dão entre as variáveis. A observação se realiza em forma direta, porque os fenômenos observados estão presentes diante dos olhos do observador. (p. 49).

A partir do que a autora coloca sobre o estudo de campo, é possível argumentar que o fenômeno social já está posto em determinado contexto, e que compete apenas ao pesquisador coletar os dados e as informações a partir dos instrumentos de pesquisa, seja pela observação ou através de uma intervenção mais direta, através da entrevista e da aplicação de questionários por exemplo.

Dessa forma foi feita a presente pesquisa, através da utilização e aplicação de questionários como já exposto anteriormente com o objetivo de investigar o fenômeno educacional referente a modalidade de ensino (EJA). Nesse sentido Gil (2008) argumenta que,

Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter

informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc. (p. 121).

Para Gil (2008), a utilização de questionários enquanto instrumento de pesquisa, possibilita a obtenção de informações por parte dos agentes pesquisados que se relacionam a sentimentos pessoais, à experiências de vida e de trabalho, e a desejos e expectativas relacionadas a determinado tema.

Ainda de acordo com Gil (2008) a utilização do questionário enquanto instrumento de pesquisa apresenta algumas vantagens e também algumas limitações, referente as vantagens, o autor relata que os entrevistados possuem mais liberdade para responder as questões quando estão mais dispostos, como também possibilita manter o anonimato dos respondentes resguardando assim a sua identidade, e sem impor pressão para a obtenção de uma resposta tendenciosa. Já referente as desvantagens, pode impossibilitar pessoas analfabetas de participarem da pesquisa, como também dispõe de um quantitativo reduzido de questões tendo em vista a indisponibilidade das pessoas em responderem questionários muito extensos. Gil (2008).

Ainda argumentando sobre o questionário enquanto instrumento de pesquisa, para este trabalho foram elaborados e utilizados questionários com a maioria das questões abertas, onde os participantes da pesquisa, puderam responder de forma escrita e de próprio punho às questões. Nesse sentido Gil (2008) também argumenta sobre os conteúdos das questões, para ele, as questões podem ser referentes a “fatos, atitudes e crenças, comportamento, sentimentos e padrões de ação.” (p. 125-126).

No caso do presente trabalho a produção das questões utilizadas estão muito mais relacionadas aos aspectos de atitudes, crenças e sentimentos, pois foram questões elaboradas com o objetivo de buscar dos entrevistados respostas referentes ao que eles pensam e desejam para o futuro, e como eles percebem a (EJA) enquanto campo educacional e de transformação para a conquista do futuro por eles desejado, no caso específico os alunos e alunas da (EJA).

Portanto, a construção de uma pesquisa acaba sendo um processo sério e que precisa atender-se à todas essas questões, no sentido de buscar garantir um processo de investigação científica de forma ética, imparcial e sobretudo respeitando os agentes participantes e colaboradores da pesquisa. Alvarenga (2012), esclarece que,

O **método científico**, é a sucessão de passos a ser seguida em uma investigação. Constitui o conjunto de procedimentos sistemáticos e lógicos que guiam a investigação, com o propósito de adquirir informações confiáveis e válidas, para conseguir novos conhecimentos, ou buscar formas de melhorar as condições de

vida de uma comunidade ou de pessoas, e abrange o *ciclo completo* da investigação. (p. 5, grifos do autor).

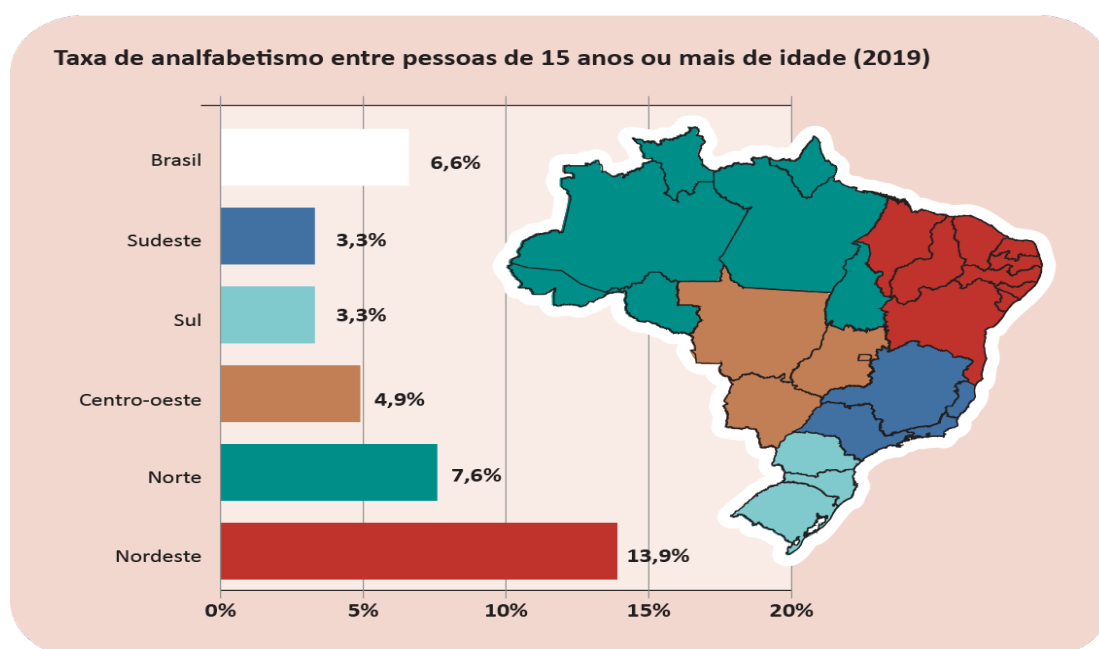
Nesse sentido, Alvarenga (2012), esclarece sobre o objetivo de se estabelecer o método científico numa pesquisa, que nada mais é do que estabelecer uma legitimação científica para a pesquisa, seguindo os passos que levarão a credibilidade da obtenção dos dados, das análises e de todo o trabalho realizado pelo pesquisador.

Com isso, é importante ressaltar a relevância que o trabalho científico possui, quando feito e realizado de acordo com as normas acadêmicas, se torna uma pesquisa de relevância para a comunidade científica, e este é o objetivo do presente trabalho, trazer colaborações para o tema em questão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) relacionada com a formação cidadã do aluno e aluna.

3.1 Breve análise dos dados sobre a situação do analfabetismo atualmente no Brasil

A partir de agora, se faz necessário a exposição e a análise dos dados referentes aos índices de analfabetismo atualmente no Brasil. Os dados expostos aqui, foram coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através do portal IBGE Educa. São dados referentes aos anos de 2018 e 2019.

De acordo com os dados coletados, o quadro geral do analfabetismo no Brasil se concentra no expressivo número de “11 milhões de analfabetos, equivalente a 6,6% da população.” (IBGE, 2019). Está exposta abaixo uma imagem do portal do (IBGE) que foi acessado para a coleta dos dados, e que ajuda a elucidar o panorama atual referente a situação do analfabetismo no Brasil.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Através da imagem exposta, é possível perceber a situação do analfabetismo em todas as regiões do país, apresentando dessa forma um panorama e um quadro geral dessa situação de acordo com a pesquisa feita pelo instituto entre os anos de 2018 e 2019, ou seja, há três anos.

Ainda de acordo com a pesquisa houve uma redução nos índices do analfabetismo, pois “A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Esta redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país, corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019.” (IBGE, 2019). Ou seja, um número significativo e importante para a melhoria do quadro geral.

Partindo agora para a análise dos dados nas regiões, o (IBGE) trás números relevantes sobre essa situação no país, mostrando ser na região Nordeste, onde mais se concentra esse

contingente populacional em situação de analfabetismo, com impressionantes 13,9% de toda a população nordestina. A região Norte vem logo após a Nordeste na apresentação dos altos índices de analfabetismo, com 7,6% de toda a população do Norte.

Já as menores taxas se concentram nas regiões Sul e Sudeste respectivamente, ambas as regiões apresentam o índice de 3,3% de toda a população analfabeta em suas respectivas regiões. No meio, pode-se dizer que fica a região Centro-oeste, com 4,9% de toda a sua população em situação de analfabetismo.

O (IBGE) apresenta ainda dados importantes referentes ao recorte de gênero e étnico-racial, pois “A taxa de analfabetismo para os homens de 15 anos ou mais de idade foi 6,9% e para as mulheres, 6,3%. Para as pessoas pretas ou pardas (8,9%), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas brancas (3,6%).” (IBGE, 2019).

Com a exposição e apresentação desses dados, é possível inferir que a real situação da população analfabeta no país ainda nos dias de hoje, está ligada diretamente à questões referentes a desigualdade social, como também a desigualdade de gênero e aos aspectos étnico-raciais, no sentido de compreender que uma educação verdadeiramente popular e transformadora ainda não abrange completamente todo o cenário nacional, e que vem por consequência promover uma formação crítica desse público-alvo para que possam ser erradicadas de vez todas essas desigualdades, através da transformação social promovida pelos agentes populares, que venham a ser também os alunos e alunas da (EJA) no Brasil.

Dando continuidade às análises e às fundamentações teóricas referentes a questão do analfabetismo no Brasil, serão utilizadas, apresentadas e discutidas as concepções dos seguintes autores: Pinto (1984), Gadotti (2014), Oliveira (2007), Reibnitz e Melo (2021)

Iniciando com as contribuições dos referidos autores para a abordagem da temática sobre o analfabetismo, Oliveira (2007), apresenta uma colocação muito relevante acerca do tema, quando argumenta que,

O problema do analfabetismo no nosso País é uma questão recorrente, apesar das tentativas de erradicá-lo. Resulta da ineficiência do nosso sistema educacional e de políticas públicas inadequadas, materializadas em programas e campanhas descontinuadas, que apareceram para erradicar o analfabetismo tão antigas quanto ineficientes, desde o primeiro programa oficial criado em 1947. (p. 244).

Ou seja, a colocação que a autora faz, está posta no sentido de pensar sobre o quanto a Educação de Jovens e Adultos no Brasil foi desconsiderada durante os períodos históricos do país. Para a (EJA), sempre se pensou em dar um tratamento paliativo, e quando grandes nomes da educação como Paulo Freire, pensavam em elaborar programas e projetos nacionais

que de fato apresentassem resultados importantes para o combate ao analfabetismo, esses programas eram interrompidos e substituídos por esses paliativos.

Pensando bem e analisando de forma sensata essa questão histórica, se torna possível deduzir que, o fato do Brasil apresentar índices de analfabetismo ainda tão altos quanto esses, leva a conclusão de que as descontinuidades bem como as interrupções dos programas de Educação de Adultos que davam certo, e que mesmo apresentando defeitos poderiam ser aperfeiçoados, na realidade foram interrupções que impossibilitaram o país de erradicar o analfabetismo de uma vez.

Nesse sentido, se faz necessário argumentar sobre a atual situação da (EJA) no Brasil, a partir das políticas promovidas pelo atual Governo Federal, do então presidente Jair Bolsonaro, apesar da luta contínua dos movimentos populares, sociais e da educação sempre na busca por melhorias e avanços, que de fato ocorrem através dessa pressão social, também houveram e ainda ocorrem retrocessos graves, pois os autores Reibnitz e Melo (2021), expõem que,

Dentro das políticas públicas da Educação, a modalidade EJA é historicamente desprivilegiada. Os recursos financeiros fornecidos pelo Ministério da Educação (MEC), por exemplo, têm sofrido uma queda acentuada, sendo que o ano de 2019 foi o menor orçamento da década – foram destinados R\$ 16,6 milhões, o correspondente a apenas 22% dos R\$ 74 milhões que eram previstos para aquele ano. Para 2020, a previsão aponta cerca de R\$ 25 milhões. Mesmo com a suposição otimista de que todo o valor seja aplicado, o número é ainda muito menor do que se investiu em anos anteriores – em 2012, por exemplo, o orçamento na área foi de R\$ 1,6 bilhão.

Além dos cortes nos investimentos, a secretaria responsável pela EJA dentro do MEC, denominada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), foi dissolvida em 2019 e as novas secretarias criadas em seu lugar não contemplam a modalidade de EJA. Tampouco a EJA é devidamente mencionada na atual Política Nacional de Alfabetização, e a referência a essa modalidade apenas é presente quanto ao desenvolvimento de materiais didático-pedagógicos – por sinal, atente-se que a última distribuição de livros didáticos na modalidade se deu em 2016. (p. 2-3).

Esse é o quadro político e de financiamento atual da (EJA) no Brasil, ou seja um quadro que apresenta retrocessos causados e promovidos pelas políticas do atual Governo Federal, isso ocorre pelo fato do presente governo estar alinhado às políticas neoliberais que visam a promoção do Estado mínimo, ou seja, a ausência de políticas públicas e de investimento de recursos públicos nas áreas sociais. Essa acaba sendo a regra dentro do neoliberalismo.

Com isso o Governo entra em uma contradição, pois ao mesmo tempo em que são reduzidos recursos e extinta a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), o atual governo também institui através do Decreto nº 9.765, de 11 de

abril de 2019, a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que diz em seu artigo 1º o seguinte;

Fica instituída a Política Nacional de Alfabetização, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações voltadas à promoção da alfabetização baseada em evidências científicas, com a finalidade de melhorar a qualidade da alfabetização no território nacional e de combater o analfabetismo absoluto e o analfabetismo funcional, no âmbito das diferentes etapas e modalidades da educação básica e da educação não formal. (BRASIL, 2019).

Portanto, é possível arguir sobre a contradição que o atual governo apresenta nas medidas de promoção das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), ao ponto em que, usando um velho e conhecido provérbio popular “dá com uma mão e tira com a outra”.

Outro ponto a ser destacado é referente ao cumprimento da meta 9 do atual Plano Nacional de Educação (PNE), que apesar de estar em consonância com o que diz a Política Nacional de Alfabetização, abre espaço para se questionar sobre possíveis falhas com relação ao financiamento dessas ações tendo em vista os cortes financeiros feitos pelo atual Governo, já citados anteriormente.

Seguindo com a análise sobre a questão do analfabetismo e da Educação de Jovens e Adultos, o autor e pensador Álvaro Vieira Pinto, na sua obra intitulada; Sete lições sobre educação de adultos, apresenta uma colocação muito importante, e que auxilia na compreensão do quanto a (EJA) deve ser levada a sério, pois para Pinto (1984),

O menosprezo pela educação dos adultos, a atitude de condená-los definitivamente ao analfabetismo (de parte de sua profunda imoralidade) incide no erro sociológico de supor que o adulto é culpado de sua própria ignorância. Não reconhece que o adulto não é voluntariamente analfabeto, não se faz analfabeto, senão que é feito como tal pela sociedade, com fundamento nas condições de sua existência. (p. 82).

Ou seja, a mensagem que o autor passa, é referente ao fato de que uma pessoa analfabeta não é analfabeta porque decidiu ser assim, muito pelo contrário, o analfabeto é fruto e resultado das condições materiais e existenciais de vida, como já mencionado anteriormente no 1º capítulo deste trabalho.

Outro ponto interessante trazido pelo autor Gadotti (2014) e que pode ser relacionado com o que aborda Pinto (1984), está direcionado a questão familiar da pessoa que é analfabeta pois, de acordo com Gadotti (2014),

[...] As crianças e jovens não vão sair da miséria sozinhos. Precisam dos adultos. É a família como um todo que precisa sair da miséria, e a miséria está associada ao analfabetismo. É irmã gêmea do analfabetismo. Por isso não podemos nem

devemos separar a Educação de crianças e jovens da Educação de adultos. Seria um grave equívoco, comprometendo a construção do país que queremos, justo, produtivo e sustentável. (p. 34).

Nesse sentido, o autor busca trazer a luz um pensamento sensato e racional, no sentido de dizer que a (EJA) também tem um peso e um impacto social muito grande, pois pensar a Educação como um todo é também pensar na (EJA), e em seu público-alvo, é compreender que esse público faz parte e integra um grupo social familiar, que precisa ser observado e compreendido, para que as políticas públicas, sociais e educacionais venham suprir as demandas desses agentes, e que os obstáculos e empecilhos para a efetivação de uma educação de qualidade para todos sejam superados.

É um ganho para toda a sociedade quando a Educação de Jovens e Adultos (EJA) alcança o objetivo de formar os seus alunos e alunas, quando isso ocorre, é possível dizer que a própria democracia se fortalece, o setor econômico ganha agentes sociais qualificados para o ingresso no campo de trabalho, e no campo social e político, os alunos e alunas da (EJA) passam a ser agentes mais capacitados na promoção da sua cidadania, na busca e na lutar por seus direitos, realizando assim a verdadeira transformação social, pois como expõe Pinto (1984),

O educando adulto é antes de tudo um membro atuante da sociedade. Não apenas por ser um trabalhador, e sim pelo conjunto de ações que exerce sobre um círculo de existência. O adulto analfabeto é um elemento frequentemente de alta influência na comunidade. Por isso é que se faz tão imperioso e lucrativo instruí-lo. (p. 83).

O autor e pensador filosófico Álvaro Vieira Pinto, na obra; Sete lições sobre educação de adultos, aborda e traz para o debate concepções e questões muito relevantes referente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), por exemplo, para ele “[...] O analfabeto é uma realidade humana, enquanto o analfabetismo é uma realidade sociológica.” (PINTO, 1984, p. 91). Ele distingue esses dois pontos de análise, e busca compreender esse fenômeno a partir dessa concepção.

Assim, é preciso pensar e compreender o analfabetismo também enquanto fenômeno sociológico, no sentido de que essa condição acaba sendo resultado direto de uma relação social e de uma demanda de trabalho imposta ao analfabeto, que Pinto (1984) vai esclarecer da seguinte forma;

[...] o analfabeto, em sua essência, não é aquele que não sabe ler, sim aquele que, por suas condições concretas de existência, não necessita ler. Esta é sua definição real. É a exposição de sua essência, porque não apresenta o fato de ser iletrado como um acidente, mas como algo original, essencial, que tem que ser assim, dada

sua condição de vida, fundamentalmente de trabalho. Porque se assim não fosse, se necessitasse saber ler para sobreviver, ou bem saberia (e então não haveria o problema) ou então simplesmente não existiria.

O autor argumenta sobre o fato do fenômeno do analfabetismo existir enquanto um elemento externo ao sujeito analfabeto, elemento esse que se dá a partir das condições sociais e materiais de vida e de trabalho, condições essas que acabam não demandando da pessoa uma necessidade ou um domínio da leitura e da escrita mais elaborado.

Continuando com a análise sobre o analfabetismo, a partir do pensamento de Pinto (1984), o autor faz uma discussão muito similar ao que Freire (2021) também discute, no sentido da (EJA) se apresentar enquanto campo para o desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos, pois

[...] O ponto que mais sobressai é aquele que não se limita a considerar que se trata de um mero processo de transmissão de uma técnica particular (a de ler e escrever), mas sim considera que se trata de produzir uma mudança na consciência do educando, mudança na qual o conhecimento da leitura é apenas um dos elementos. (PINTO, 1984, p. 98).

E esse conhecimento da leitura, é o elemento essencial para a transformação, obter o domínio da leitura e da escrita por parte do público-alvo da (EJA), representa muito, mas não é, e não deve ser o único objetivo dessa modalidade educacional. O principal objetivo é a formação do sujeito crítico, do agente social transformador e que se habilita a seguir na jornada educacional pela busca de mais conhecimento.

Com isso, Pinto (1984), corrobora com a ideia de que o processo educacional não tem fim, sendo ele permanente na vida de todas e todos aqueles que buscam por conhecimento, e que lutam todos os dias para superar as barreiras que tentam atrapalhar a conquista do saber, já que,

A educação é processo contínuo e permanente no indivíduo. Não pode ser contida dentro de limites pré-fixados. Em virtude do caráter criador do saber, que todo saber possui, o homem que adquire conhecimento é levado naturalmente a desejar ir mais além daquilo que lhe é ensinado. (PINTO, 1984, p. 104).

Dessa forma, encerra-se aqui a análise deste segundo capítulo sobre os dados atuais do analfabetismo no Brasil, a partir do terceiro e último capítulo, tem-se as análises das respostas dadas pelos professores(as) e alunos(as) aos questionários aplicados na pesquisa de campo na escola municipal.

4 Análise das respostas dadas pelos professores e alunos da EJA de uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL

A partir de agora será iniciada a análise das respostas dadas pelos professores ao questionário aplicado. O objetivo central dessa coleta de dados foi o de buscar compreender qual a percepção desses professores sobre a Educação de Jovens e Adultos atualmente? Dessa forma, os professores contribuíram para elucidar concepções acerca das problemáticas que envolvem a (EJA), tais como o analfabetismo, a formação do aluno adulto na educação básica, o aluno trabalhador que precisa cumprir duas ou três jornadas no dia contando com a sua aula na turma de (EJA), e entre outras questões relevantes acerca do tema.

Primeiramente é preciso explicar que; existem 5 turmas de EJA na escola pesquisada, porém o questionário foi aplicado aos professores de apenas 1 turma, com 23 alunos do 6º período ou 7º ano do fundamental. As respostas referentes a idade, sexo, residência, tempo de trabalho na educação, área de formação e área de conhecimento em que atua, estão tabeladas no quadro a seguir:

Idade?	Professora A 40 anos	Professora B 43 anos	Professora C 48 anos	Professora D não informou
Sexo?	4 mulheres	0 homens		
Reside em zona urbana ou zona rural?	As 4 professoras residem em zona urbana			
Tempo de trabalho na educação?	Professora A 20 anos	Professora B 23 anos	Professora C 23 anos	Professora D 20 anos
Área de formação?	A: formada em Matemática	B: formada em Letras	C: formada em Ciências da religião	D: formada em Ciências da religião
Disciplina que leciona?	A: Matemática	B: Português e inglês	C: não informou	D: Artes e Ensino religioso

Quadro 1 com os dados dos professores

Essa tabulação dos dados foi necessária, pois dessa forma colabora para uma melhor explanação e conseqüentemente, para uma melhor compreensão dos dados e das análises feitas a partir de agora neste último capítulo.

A partir do quadro anteriormente exposto é possível verificar os seguintes dados referentes aos professores(as) pesquisados(as); do total de quatro professores(as), são todas

mulheres, assim, a partir de agora, a palavra “professores” será descrita apenas no feminino e no plural para se referir às quatro professoras que participaram da pesquisa.

Outro ponto para a análise dos dados, é referente aos nomes dessas professoras, pois, com o objetivo de preservar e resguardar a identidade das mesmas, foram utilizadas as letras A, B, C e D para a identificação das respostas dadas por elas. Essa identificação está de acordo com a idade de cada uma delas, onde a professora A é a mais jovem com 40 anos, a professora B possui 43 anos, a professora C 48 anos e a professora D não informou a sua idade.

Com relação ao lugar da cidade onde residem as professoras, todas disseram residir na zona urbana da cidade, já referente ao tempo de trabalho a professora A informou que já atua na educação há 20 anos, assim como a professora D, as professoras B e C disseram ter 23 anos de atuação. Todas apresentam mais de 20 anos de trabalho na educação, ou seja, são professoras que já detêm uma bagagem de conhecimento e experiência considerável.

Referente a área de formação, a professora A disse ser formada em Matemática, a professora B em Letras, e as professoras C e D disseram ser formadas em Ciência da Religião. Referente às disciplinas que lecionam, percebe-se a coerência com a área de formação, pois a professora A leciona a disciplina de matemática, a professora B leciona as disciplinas de Português e Inglês, a professora C não informou a disciplina que leciona e a professora D disse lecionar as disciplinas de Artes e Ensino Religioso.

A partir daqui estão postas as respostas das quatro professoras ao questionário aplicado na escola municipal onde a turma de (EJA) foi objeto desta pesquisa, ressaltando que essas respostas serão analisadas na sequência.

Respostas dos professores às questões abertas para a análise

1 – Quantos alunos estão matriculados na modalidade EJA nesta escola?

R: 170 alunos

2 – Quantas turmas de EJA existem na escola?

R: 5 turmas

3 – Qual a importância do ensino da EJA em sua vida?

Resposta da professora A: Me ajudou a crescer enquanto pessoa por conhecer a realidade de meus alunos.

Resposta da professora B: Além do papel profissional, o papel do olhar de forma humana levando em consideração algumas pessoas desmotivadas com o estudo em retorno na vida.

Resposta da professora C: Muito gratificante colaborar na formação desses jovens.

Resposta da professora D: Colaborar com a realização do grande sonho de conclusão de ensino dos alunos.

4 – A partir de que você demonstrou interesse em lecionar na educação de jovens e adultos (EJA)?

Resposta da professora A: A partir da necessidade de trabalhar no noturno para completar a carga horária. Nesta escola só existe EJA no noturno.

Resposta da professora B: Primeiro, com a necessidade de ajuste de horários internos e a permanência é também por ter o envolvimento direto e indireto na metodologia expressando acima de qualquer circunstância que nunca é tarde para recomeçar.

Resposta da professora C: Poder contribuir nesse processo de aprendizagem nessa fase.

Resposta da professora D: A partir da conclusão da minha graduação.

5 – De que forma você considera que a educação de jovens e adultos (EJA), pode contribuir para a formação dos alunos?

Resposta da professora A: A conclusão do ensino Fundamental e Médio através da EJA abre as portas para melhores condições de trabalho, (por exemplo).

Resposta da professora B: A realidade e as dificuldades que esses enfrentaram para concluir seus estudos, tem e levam esses pontos como grandes referências que tudo é possível.

Resposta da professora C: De forma positiva, possibilitando mais conhecimento e principalmente auto valorização.

Resposta da professora D: Ela contribui de todas as formas como o ensino regular.

6 – Você considera a EJA necessária para quem quer retomar os estudos? Como você incentiva os alunos para isso?

Resposta da professora A: A EJA é necessária pois trabalha de forma diferenciada atendendo as necessidades da turma. Sempre incentivo meus alunos mostrando que o mercado de trabalho é seletivo e a escolaridade é fundamental neste processo seletivo.

Resposta da professora B: Sim! Nunca é possível algo ser concretizado, caso não trilha os seus passos!

Resposta da professora C: Sim, muito importante, tento mostrar que nunca é tarde para aprender e que eles são capazes.

Resposta da professora D: Sim, incentivamos mostrando que a oportunidade de concluir em menos tempo e com a mesma intensidade e compromisso do regular.

7 – Você acredita que a existência de uma grande parte da população adulta ainda analfabeta e com a escolaridade básica incompleta se deve a realidade histórica do

Brasil, por falta de investimentos, nessa área por parte do poder público? Na sua opinião, o que fazer para que isso mude?

Resposta da professora A: Sim. É necessário melhoria nos locais (escolas) incentivos aos alunos (bolsas), qualificação (formação para professores). É necessário que nossos impostos sejam investidos na melhoria da qualidade da educação.

Resposta da professora B: Sim! O ajuste político que nunca finda e a conduta dos que dizem ser representantes políticos municipais, em suas atuações, conforme deveriam agir, quando na sua maioria, se corrompem.

Resposta da professora C: É necessário mais investimento, como também capacitações.

Resposta da professora D: Isso é só questão de gestores, de oportunidades para oferecer o melhor para a população.

4.1 Análise das respostas dadas pelas professoras

Nas primeiras questões estão postos os dados referentes a quantidade de alunos matriculados na escola e quantas turmas existem da modalidade (EJA), na escola, e os dados são 170 alunos matriculados e 5 turmas existentes.

A partir da terceira questão, onde se pergunta; Qual a importância do ensino da EJA em sua vida? Todas as professoras dão uma resposta que coincidem com o objetivo central da (EJA), que é justamente o olhar mais humano, no sentido de buscar compreender o aluno público-alvo da Educação de Jovens e adultos.

Na quarta questão, buscou-se obter a resposta das professoras sobre qual a motivação e o interesse em lecionar na (EJA), as respostas foram um tanto evasivas, pois a partir da resposta da professora A, entendeu-se que o único interesse dessa professora pelo ensino na turma de (EJA) foi apenas pelo fato de estar precisando completar a sua carga horária. A resposta da professora B à quarta questão também foi parecida e um pouco confusa, pois segundo ela estava precisando ajustar os horários internos e também se encontrava envolvida com o planejamento. A professora D disse que o seu interesse em lecionar na Educação de Jovens e Adultos veio após a sua formação, mas não deu maiores detalhes, já a professora C, foi a única que argumentou sobre o interesse em colaborar e contribuir com o processo de aprendizagem do aluno público-alvo da (EJA). Nesse sentido Freire (2021), em sua obra; Alfabetização, Leitura do mundo e leitura da palavra, argumenta que,

Quando desafiados por um educador crítico, os alunos começam a compreender que a dimensão mais profunda de sua liberdade encontra-se precisamente no

reconhecimento das coerções que podem ser superadas. Então descobrem, no processo de se tornarem cada vez mais críticos, que é impossível negar o poder constitutivo de sua consciência na prática social de que participam. Por outro lado, percebem que, mediante sua consciência, ainda que não seja ela a artífice todopoderosa de sua realidade social, eles transcendem a realidade estabelecida e a questionam. Essa diferença de comportamento leva o indivíduo a se tornar cada vez mais crítico; isto é, os alunos assumem uma postura crítica na medida em que compreendem como e o que constitui a consciência do mundo. (p. 81-82).

Paulo Freire traz suas contribuições no sentido de levar o leitor a compreensão sobre qual o papel que o educador da (EJA) precisa desempenhar, e esse papel deve ser o de promover uma formação crítica, a partir de uma postura crítica desempenhada pelo próprio educador, ou seja, os professores e professoras precisam colaborar com a construção de uma formação crítica pelos alunos através da sua própria postura enquanto educadores. Na realidade esse é o papel de qualquer educador, seja ele da educação infantil, do ensino médio ou mesmo do ensino superior, a formação crítica do aluno deve ser um dos objetivos de qualquer professor, no sentido de levá-lo a desenvolver essa formação. É preciso que ele mostre o caminho e forneça as ferramentas, e a partir daí o aluno passará a construir e a exercer de forma autônoma a sua própria consciência crítica.

Dessa forma é possível argumentar, sobre o quanto difícil será a construção dessa formação crítica por parte do aluno, quando o professor também não possui, ou mesmo não apresenta essa postura de agente crítico diante dos absurdos sociais presentes no dia a dia da população.

Retornando à análise das respostas, na quinta questão, foi perguntado sobre de que forma as professoras consideram a (EJA), como uma educação capaz de contribuir para a formação dos alunos? As respostas à essa questão foram voltadas para as conquistas que os alunos podem vir a ter, com relação a melhores condições de trabalho, conquistando um emprego melhor no mercado de trabalho, resposta essa, dada pela professora A, e também, contribuindo para a superação das dificuldades e utilizando isso como exemplo para seguir em frente, essa foi a resposta da professora B. Para a professora C, a (EJA) proporciona a aquisição de mais conhecimento e autovalorização, e para a professora D, a (EJA) apresenta todas as contribuições do Ensino regular, ou pode-se compreender, “Ensino básico”.

Com isso, é possível argumentar que a Educação de Jovens e Adultos tem um papel essencial na vida desses estudantes, como um todo, pois todas as respostas dadas pelas professoras devem ser consideradas nesse sentido de conceber a (EJA) enquanto modalidade de ensino capaz de proporcionar ao seu público-alvo, um meio, um caminho no qual o aluno

ou aluna possa visualizar um futuro diferente da sua vida passada ou presente, um futuro com mais esperança, pois

Assim sendo, é importante refletirmos um pouco sobre as questões relacionadas à escolarização, pois é amplamente conhecido e aceito que o capital escolar que uma pessoa possui tem forte influência nas probabilidades de ela conseguir uma ocupação remunerada dentro do mercado formal. Portanto, podemos concluir que aqueles indivíduos que possuem um nível muito baixo de escolarização (baixo capital escolar), ou que sequer conseguiram se escolarizar (sem nenhum capital escolar), estão em uma condição de vulnerabilidade social ainda mais forte que o restante da população, a qual também é afetada pelas transformações socioeconômicas da atualidade. (BASEGIO e BORGES, 2013, p. 40).

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino fundamental para o público que não pôde concluir a educação básica no período normal, pois é através dessa modalidade que o público jovem e adulto consegue vislumbrar melhores caminhos para o seu futuro, possibilitando a promoção de atitudes que encorajem esses alunos a seguir lutando pelos seus objetivos pessoais, profissionais e de vida, a (EJA) tem um papel social importantíssimo e que precisa ser mais valorizado.

Isso é do que trata a sexta questão, fazendo a seguinte pergunta às professoras: Você considera a EJA necessária para quem quer retomar os estudos? Como você incentiva os alunos para isso?

Referente ao primeiro questionamento, todas as professoras responderam sim, dizendo que consideram a (EJA) necessária para quem quer retomar os estudos. Já referente ao segundo questionamento, a professora A, respondeu que sempre incentiva os seus alunos mostrando que o mercado de trabalho é seletivo e que a escolaridade é algo fundamental para passar nesse processo seletivo. Já a professora B, disse que, para algo ser concretizado é preciso que o aluno ou aluna trilhe os seus passos, entendendo ser esses dados através da educação. A professora C, disse que tenta mostrar que nunca é tarde para aprender e que eles, os alunos e alunas são capazes. E a professora D, disse que incentiva os alunos e alunas da (EJA), mostrando que eles possuem a oportunidade de concluir em menos tempo e com a mesma intensidade, entende-se “intensidade” também por qualidade, do ensino regular.

Essas respostas das professoras dadas à sexta questão, trazem colocações relevantes de serem analisadas, para isso se faz necessário expor novamente os argumentos de Paulo Freire, quando diz que “Uma pedagogia será tanto mais crítica e radical, quanto mais ela for investigativa e menos certa de “certezas”. Quanto mais “inquieta” for uma pedagogia, mais crítica ela se tornará” (FREIRE, 2021, p. 89).

Nesse sentido, Freire (2021) em sua obra sobre a alfabetização enquanto leitura do mundo e da palavra, busca levar ao conhecimento de todos o real sentido que a Educação de Jovens e Adultos precisa ter, e esse sentido parte principalmente da execução pedagógica que é feita pelo professor e pela professora da (EJA), são eles os mestres e os maestros que conduzem o ensino, portanto são os responsáveis pela implementação de uma pedagogia crítica, radical e inquieta em sala de aula.

É preciso e necessário a oferta de um ensino que capacite o jovem para o campo profissional e de trabalho sim, como também capacite o jovem e o adulto para prestarem o vestibular, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), para que ingressem na Universidade, mas esse ensino também deve preparar o público-alvo da (EJA) para a vida, para o contexto social, desvelando essa realidade social, pensando e buscando meios para transformá-la.

Na sétima e última questão respondida pelas professoras, está posta uma pergunta de caráter político acerca da (EJA), no sentido de buscar compreender a concepção das professoras sobre o contexto político e histórico da Educação de Adultos no Brasil, através das suas respostas. A questão é a seguinte: Você acredita que a existência de uma grande parte da população adulta ainda analfabeta e com a escolaridade básica incompleta se deve a realidade histórica do Brasil, por falta de investimentos, nessa área por parte do poder público? Na sua opinião, o que fazer para que isso mude?

As respostas dadas pelas professoras A e C à essa questão são semelhantes, quando ambas dizem que há a necessidade de se investir ainda mais na educação, tanto com relação à recursos financeiros como bolsas para os alunos e melhoria dos prédios escolares, como também investimentos em capacitações e formações para os professores.

Já as respostas das professoras B e D, vão de encontro no sentido de responsabilizar os gestores governamentais, criticando-os com relação a uma atuação falha para com a educação, no sentido de que esses governantes deveriam ofertar mais oportunidades para a população, porém essas oportunidades deixam de existir graças a corrupção.

Partindo dessas respostas dadas pelas professoras à sétima questão, todas são coerentes com o fato de que a Educação como um todo e principalmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA), historicamente nunca receberam a atenção e o devido cuidado que deveriam receber, como já explanado neste trabalho a partir do primeiro capítulo, porém existem outros fatores que também são importantes e que devem ser considerados entre os responsáveis pelas altas taxas de analfabetismo no Brasil e o grande número da população que não concluiu o ensino básico, dentre eles, o próprio sistema econômico, causador de muita desigualdade

social no país e no mundo, e esse sistema econômico tem forte peso na construção das políticas públicas, pois de acordo com Diógenes (2011).

As políticas públicas historicamente têm atuado como estratégia de dominação da classe burguesa e/ou frações dela, no sentido de reproduzir as condições de acumulação capitalista. Enquanto tal são resultados da luta de classes, e em sendo assim, configuram-se enquanto ação política historicamente determinada. As políticas públicas são, pois, um processo histórico e, devem ser considerados os aspectos econômicos e políticos que lhes marcam a materialização. Não se erra quando se afirma o caráter classista das políticas públicas. A quem interessa, por exemplo, a atual política econômica do governo? (p. 77).

A partir dessa colocação, a autora apresenta o caráter oculto das políticas públicas no Brasil, que é o caráter elitista, fazendo assim o recorte de classes, algo seríssimo e gravíssimo, para um país com tantas desigualdades sociais, entre outros tipos de desigualdades. Os avanços ainda são muito poucos, houveram, mas ainda são pequenos, é preciso avançar ainda mais.

Quando a autora faz essa explanação, ela permite pensar acerca do seguinte; se as políticas públicas no Brasil sempre visaram favorecer a classe burguesa, como seria possível pensar políticas públicas e educacionais voltadas ao favorecimento do público-alvo da (EJA)? Público esse que não pertence a burguesia nacional. Nesse caso, a resposta é através da luta, da luta dos movimentos sociais, é graças a essas lutas que se conquista o mínimo, o básico para a população pertencente a classe trabalhadora, ou seja, a população público-alvo da (EJA). Por isso é tão importante uma formação crítica desses alunos e alunas da (EJA), no sentido de que eles venham a ser representantes populares, e possam ocupar os espaços de poder proporcionando assim, junto aos movimentos sociais as transformações necessárias.

Dados dos alunos da turma de (EJA)

Agora será feita a análise das respostas dadas pelos alunos e alunas ao questionário. O objetivo almejado com a aplicação desses questionários foi justamente o de perceber qual ou quais as visões que os alunos e alunas da (EJA) possuem sobre essa modalidade de ensino, o que esperam do futuro enquanto estudantes, e também buscar compreender porque eles possuem esse posicionamento.

Como exposto logo em seguida, está o quadro com a tabulação dos dados referente aos alunos e alunas da turma de (EJA) pesquisada na escola municipal de Delmiro Gouveia. Através dessa exposição dos dados no quadro, se torna mais fácil identificar o perfil desse alunado, seguindo com as análises posteriormente à essa primeira exposição.

Idade?	Aluno(a) A 18 anos	Aluno(a) B 19 anos	Aluno(a) C 39 anos	Aluno(a) D 44 anos
Sexo?	A: homem	B: não informou	C: mulher	D: mulher
Reside em zona urbana ou zona rural?	A: zona rural	B: zona urbana	C: zona rural	D: zona urbana
Qual a profissão?	A: não tem profissão	B: não tem profissão	C: agricultora	D: não tem profissão
Tempo de trabalho na profissão?	A: não tem	B: não tem	C: 21 anos	D: não tem
Quantos filhos?	A: não tem	B: não tem	C: 4 filhos	D: 1 filho

Quadro 2 com os dados dos alunos

Iniciando a exposição dos dados desses alunos, assim como a exposição dos dados das professoras, os nomes dos alunos foram preservados, com o intuito de resguardar suas identidades, por isso, cada aluno e cada aluna recebeu uma identificação através de uma letra do alfabeto seguindo a ordem.

Iniciando pela idade, o aluno A é o mais jovem com 18 anos, o aluno B disse ter 19 anos, e as alunas C e D são as mais velhas, ambas com 39 e 44 anos respectivamente. Nesse grupo de quatro alunos, tem-se o aluno A do sexo masculino, o aluno B que não informou o sexo, e as alunas C e D que são do sexo feminino.

Com relação a profissão, os alunos A, B e D disseram não possuir profissão, já a aluna C disse que é agricultora. A resposta sobre o tempo de trabalho também se deu da mesma forma, apenas a aluna C respondeu trabalhar há 21 anos. Sobre os dados de filhos, apenas as alunas C e D disseram ser mães, a aluna C disse ter quatro filhos e a aluna D disse ter apenas um filho.

Respostas dos alunos(as) às questões abertas para a análise

1 – Você tem filhos? Se sim, quantos filhos você tem?

Resposta do aluno(a) A: Não

Resposta do aluno(a) B: Não

Resposta do aluno(a) C: Sim, 4 filhos

Resposta do aluno(a) D: Sim, 1 filho

2 – Em que ano/série você está na EJA?

Resposta do aluno(a) A: 6º período, 7º ano.

Resposta do aluno(a) B: 6º período ou 7º ano.

Resposta do aluno(a) C: 6º período, 7º ano.

Resposta do aluno(a) D: 6º período/7º ano.

3 – Quando você iniciou os estudos na EJA?

Resposta do aluno(a) A: 16 de julho de 2021

Resposta do aluno(a) B: Não informou.

Resposta do aluno(a) C: Em 2019

Resposta do aluno(a) D: Segundo semestre de 2021.

4 – Com qual idade você parou de frequentar a escola? E por qual motivo?

Resposta do aluno(a) A: Com 15 anos por falta de interesse.

Resposta do aluno(a) B: Com 16 anos, porque precisei viajar.

Resposta do aluno(a) C: Com 18 anos, porque eu engravidei.

Resposta do aluno(a) D: Acerca de 20 anos, sem motivação.

5 – Em que ano/série você parou de frequentar a escola? E por quê?

Resposta do aluno(a) A: Parei em 2017 no 7º ano.

Resposta do aluno(a) B: Parei na 7º série porque viajei para São Paulo a trabalho.

Resposta do aluno(a) C: Em 2000 porque não tive condições de cuidar da casa e ao mesmo tempo estudar.

Resposta do aluno(a) D: No 7º ano, pois estava sem motivação.

6 – Por que voltou a estudar?

Resposta do aluno(a) A: Porque a pessoa sem estudo não tem futuro profissional.

Resposta do aluno(a) B: Porque quero terminar meus estudos e me formar.

Resposta do aluno(a) C: Porque quero cursar uma faculdade.

Resposta do aluno(a) D: Para aprender a escrever.

7 – O que acha do ensino da EJA?

Resposta do aluno(a) A: Eu acho que é muito bom.

Resposta do aluno(a) B: Sim.

Resposta do aluno(a) C: Eu acho uma maravilha, para mim já está ótimo.

Resposta do aluno(a) D: Gosto, pois consigo aprender algumas coisas.

8 – Quais suas dificuldades de lidar com estudo e trabalho?

Resposta do aluno(a) A: Nenhuma.

Resposta do aluno(a) B: Não trabalho.

Resposta do aluno(a) C: Pra mim não tenho dificuldade, pois não trabalho mais.

Resposta do aluno(a) D: Não trabalho.

9 – Você pretende ingressar em uma universidade ou algum curso técnico? Se sim, qual curso você pretende fazer?

Resposta do aluno(a) A: Sim. Um curso de Direito.

Resposta do aluno(a) B: Sim, pretendo ingressar em um curso de Medicina.

Resposta do aluno(a) C: Sim, em nome de Jesus pretendo fazer curso de Medicina.

Resposta do aluno(a) D: Pretendo estudar, na faculdade. Porém ainda não sei qual o curso.

4.2 Análise das respostas dadas pelos alunos e alunas

Nas duas primeiras questões sobre a quantidade de filhos e o ano/série em que o aluno e a aluna da (EJA) está, foram obtidas respostas diversas, referente a questão sobre filhos, apenas as duas alunas responderam ser mães, a aluna C com quatro filhos e a aluna D com um filho. Sobre o ano/série, como o questionário foi aplicado na mesma turma, todos os alunos e alunas responderam que estavam no 6º período, que corresponde ao 7º ano do ensino Fundamental.

Com base nessas primeiras respostas, dos quatro alunos e alunas da (EJA), é possível iniciar uma pequena análise para que se possa compreender as diferenças entre eles, a primeira diferença que chama a atenção é referente a idade, uma vez que o aluno A, mais jovem, tem apenas 18 anos, e a aluna D, mais velha tem 44 anos. O outro ponto colocado na segunda questão, diz respeito a formação familiar, onde os dois alunos mais jovens, alunos A e B com 18 e 19 anos respectivamente, disseram não ter filhos. Já as alunas C e D, mais velhas, disseram ter filhos, ou seja, constituem família.

Esse é o perfil dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, um alunado de composição heterogênea, nesse sentido da faixa etária, da questão de gênero e composição familiar, porém a grande maioria desse público é oriundo da classe trabalhadora, seja no contexto urbano ou no contexto do trabalho rural.

De acordo com Vilanova e Martins (2008), referente ao parecer CEB 11/2000, os autores colocam que esse parecer “estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, que normatiza este segmento educacional, ele também define a (EJA) como modalidade da educação básica e como direito do cidadão.” (p. 338).

Dessa forma, reconhecendo a (EJA) enquanto um direito do aluno jovem e adulto, um direito inalienável à educação, essa composição do alunado acaba sendo algo interessante de se verificar, no sentido da diferença geracional estar junta na busca e na conquista do mesmo

objetivo, que é o da conquista do conhecimento, para além de um aprendizado inicial e mínimo, pois, segundo Vilanova e Martins (2008) ainda sobre o Parecer CEB 11/2000,

Nesse documento são estabelecidas, portanto, as funções reparadora, equalizadora e qualificadora da EJA. A primeira relaciona-se com a concepção de que o estudante da EJA teve o direito à educação negado, e que este deve ser restaurado. A segunda relaciona-se com a promoção de oportunidades que levem a uma condição igualitária na sociedade, e a última, com o direito de aprender por toda a vida. Neste sentido, as finalidades da EJA vão além dos processos iniciais de alfabetização, buscando formar indivíduos capazes de se apropriar das múltiplas linguagens presentes na sociedade, e de estabelecer um diálogo entre estas e suas experiências de vida e de trabalho. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA estabelecem, desta forma, o currículo em duas partes: uma base nacional comum, que garanta a integração, e outra parte, diversificada, que garanta a contextualização. (p. 338).

Ou seja, a modalidade de ensino (EJA), deve ser ofertada obrigatoriamente para qualquer jovem ou adulto independentemente da idade que possua, para que esse estudante pertencente ao público-alvo da (EJA), prossiga com os seus estudos, podendo concluí-los, uma vez que tenha sido impossibilitado de fazer isso na idade da infância.

Seguindo com a análise das respostas dos alunos e alunas às questões, na terceira, está posta a seguinte pergunta: Quando você iniciou os estudos na (EJA)? Essa questão buscou saber em que data os alunos iniciaram nessa modalidade, as respostas foram as seguintes; o aluno A disse que iniciou em 16 de julho de 2021, já o aluno B não informou. A aluna C informou apenas o ano em que iniciou, em 2019, e a aluna D, disse ter iniciado os estudos na (EJA) a partir do segundo semestre de 2021. Com esses dados, percebe-se que as alunas C e D já estão a mais tempo matriculadas e estudando, tendo o aluno A, o início dos estudos mais recente na (EJA).

As questões quatro e cinco, são questões que se complementam. Iniciando com a questão quatro, a pergunta foi a seguinte: Com qual idade você parou de frequentar a escola? E por qual motivo? O aluno A respondeu que deixou de frequentar a escola com 15 anos de idade por falta de interesse, já o aluno B, foi com 16 anos, porque precisou viajar. A aluna C, disse que foi com 18 anos, porque engravidou e a aluna D, disse que há 20 anos atrás deixou de estudar, por falta de motivação.

Na quinta questão, foi perguntado em qual ano/série os alunos e alunas deixaram de frequentar a escola e por quê? As respostas foram as seguintes: O aluno A, disse que parou em 2017 quando estava no 7º ano do ensino Fundamental. O aluno B, disse que parou na 7ª série, porque viajou para São Paulo a trabalho. A aluna C, respondeu que desistiu de estudar no ano 2000, porque não teve condições de cuidar da casa e ao mesmo tempo seguir estudando, e a

aluna D, respondeu que parou no 7º ano, entende-se por “7º série”, porque não tinha motivação para continuar estudando.

Diante dessas respostas, é possível perceber que os motivos pelos quais os alunos e alunas deixaram de frequentar a escola na idade regular são diversos, desde a falta de motivação e viagem que precisou fazer para outro estado a trabalho, como também o cuidado doméstico para com a casa e a família. Em geral, essas são as causas da interrupção na continuidade do ensino na idade regular dos alunos que ingressam na (EJA).

Essas, acabam sendo interrupções ocorridas pelo fato de muitos jovens terem de assumir responsabilidades muito cedo na vida, responsabilidades essas, que muitas vezes se tornam difíceis de conciliar com os estudos, como o caso exposto dos jovens pesquisados, que tiveram de trabalhar ou se tornaram mães e acabaram desistindo de seguir na vida escolar. Nesse sentido os autores Basegio e Borges (2013), relatam que,

[...] ao considerarmos que um jovem oriundo das classes trabalhadoras está em uma situação de vulnerabilidade social diante do avanço do desemprego e da precarização do emprego formal, devemos admitir, por força de uma orientação lógica, que essa vulnerabilidade aumenta ainda mais quando esse jovem possui baixa ou nenhuma escolarização. Nesse sentido, é necessário que coloquemos a questão da EJA como um fator importante para a própria regulação e democratização da sociedade. (p. 41).

É preciso reconhecer a (EJA) enquanto um campo constituinte da formação cidadã da população, é dessa forma que a Educação de Jovens e Adultos deve ser concebida, onde esses alunos e alunas integrem e façam parte de um processo pedagógico, em que as suas realidades sejam o ponto central para a reflexão crítica, assim Freire (2021), diz que, “Será a partir da situação presente, existencial, concreta, refletindo o conjunto de aspirações do povo, que poderemos organizar o conteúdo programático da educação ou da ação política.” (p. 119-120). É dessa forma que o ensino na (EJA) deve ser concebido, considerando sempre o seu aluno ou aluna e a sua realidade concreta.

Na sexta questão, foi perguntado aos alunos e às alunas, por que voltaram a estudar? A maioria das respostas foram muito semelhantes, pois o aluno A, respondeu que uma pessoa sem estudo não tem futuro profissional. O aluno B, quer terminar os estudos e se formar. Já a aluna C, pretende cursar uma faculdade. E a aluna D, disse que voltou a estudar para aprender a escrever.

Com base nessas respostas, é possível compreender que as falas dos alunos A, B e C, são praticamente iguais, no sentido de querer concluir o curso para se formar e conseguir um bom emprego no campo de trabalho. Já a resposta da aluna D, emociona e sensibiliza, quando diz

que ainda quer aprender a escrever. É possível depreender a partir dessas respostas dos alunos na sexta questão que,

Quanto mais o ser humano se educa, mais necessidade ele sente de se educar, pois percebe que é um ser inacabado. A própria percepção de sua incompletude leva-o a perceber, na sociedade, esse mesmo caráter, uma vez que esta é composta, justamente, por seres humanos em interação. Logo, essa percepção conduz a uma desacomodação, pois aquilo que, anteriormente ao processo educativo, podia ser percebido como pronto e acabado - portanto, imutável - , a partir do avanço da educação passa a ser questionado, podendo, dessa forma, ser substituído. (BASEGIO e BORGES, 2013, p. 45).

Os autores argumentam sobre a ânsia e o desejo de buscar por mais conhecimento, quando o ser humano é estimulado a isso, esse desejo não se extingue, pelo contrário, ele é estimulado, levando qualquer educando a seguir aprendendo e adquirindo mais e mais conhecimentos ao longo da vida, e esse processo cognitivo também ocorre com os alunos e alunas da (EJA).

Na sétima questão, foi feita a seguinte pergunta: O que acha do ensino da (EJA)? Para essa questão, o aluno A respondeu que acha o ensino muito bom. O aluno B, deu uma resposta evasiva. A aluna C, disse que acha uma maravilha, e que para ela já está ótimo. E a aluna D, disse que gosta pois consegue aprender algumas coisas.

Diante das respostas dadas, todos os alunos e alunas afirmaram gostar muito do ensino ofertado na (EJA) pela escola, claro que este trabalho pode ser considerado um caminho inicial para um maior aprofundamento sobre a análise e o debate da questão curricular da escola na oferta da modalidade (EJA), um tema muito relevante de ser pesquisado, porém no momento, é preciso se deter nas respostas dos alunos, dessa forma Basegio e Borges (2013), dizem que,

O papel da EJA deve ser o de promover a conscientização crítica dos trabalhadores-estudantes que frequentam suas aulas. Essa tomada de consciência crítica acontece a partir do momento em que o educador, que conduz esse processo – despidido de qualquer preconceito a respeito dos saberes que já possuem os trabalhadores-estudantes, promovem com os alunos uma reflexão sobre os processos sociais, econômicos e políticos que se expressam na conjuntura social e que definem as condições de existência dos estudantes. (p. 45).

Na oitava questão, foi perguntado aos alunos sobre quais as dificuldades percebidas por eles em ter de lidar com estudo e trabalho, no sentido de buscar saber como esses alunos e alunas conseguem conciliar ambas as coisas.

As respostas foram as seguintes; o aluno A, disse não ter nenhuma dificuldade. O aluno B disse que não trabalha. A aluna C, disse que não tem dificuldade pois também não trabalha e a aluna D, também não trabalha.

Na nona e última questão feita aos alunos, está posta a seguinte pergunta; Você pretende ingressar em uma universidade ou algum curso técnico? Se sim, qual curso você pretende fazer? As respostas obtidas foram: do aluno A, que disse pretender cursar Direito. Os aluno(as) B e C, disseram que pretendem ingressar e cursar Medicina. A aluna D, também disse que pretende fazer um curso superior, porém ainda não sabe qual o curso.

A partir dessas falas, desses alunos e alunas da (EJA), se torna possível compreender o papel fundamental e essencial que a Educação de Jovens e Adultos tem, que é o papel principalmente de esperar esses alunos e alunas público-alvo da (EJA). Referente a isso, mais uma vez os autores Basegio e Borges (2013), vão argumentar que a (EJA) “deve possuir um caráter transformador e representar a conquista e a construção cotidianas da cidadania, tornando-se uma chave para o progresso social.” (p. 45).

A educação é sem dúvida o melhor caminho para a transformação social, é o meio pelo qual a possibilidade da libertação humana, da formação crítica e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária deva ocorrer. Todos possuem papel fundamental nesse processo, alunos, professores, a sociedade civil organizada e principalmente os agentes políticos, que a Educação de Jovens e Adultos possa de fato ser cada vez mais valorizada no Brasil, e que assim transforme verdadeiramente a vida dos seus alunos e alunas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso teve como propósito, estudar e pesquisar a modalidade Educacional de Jovens e Adultos (EJA), buscando analisar essa modalidade dentro das políticas públicas tanto no contexto do atual governo, como também dentro do contexto histórico, buscando trazer à mostra alguns personagens relevantes historicamente, como Paulo Freire, e que contribuíram para a construção de uma Educação de Jovens e Adultos verdadeiramente comprometida com a formação cidadã desse público-alvo no Brasil.

Outro ponto de análise da pesquisa foi sobre a problemática do analfabetismo no Brasil, sendo esse um problema de raízes históricas e que ainda nos dias atuais se apresenta como um desafio a ser superado pela sociedade em geral, através da busca de soluções que possibilitem a sua erradicação.

É preciso compreender também o quanto se faz necessário e importante o estudo do contexto histórico, pois é através desse resgate histórico que se torna possível compreender como se chegou até os dias atuais, é através dessa busca ativa que o sentido da situação presente se estabelece. Portanto, este trabalho não deixou de realizar essa busca ativa, através das leituras dos textos e obras dos grandes autores já citados no presente trabalho, como também leituras realizadas de artigos e periódicos buscando compreender outras pesquisas, dessa forma foi possível a construção deste trabalho.

Referente aos dados analisados no terceiro capítulo, foram postas as respostas das professoras e dos alunos e alunas da (EJA) de uma escola municipal de Delmiro Gouveia – AL, essas respostas foram coletadas a partir da aplicação de dois tipos de questionários, sendo um destinado às professoras e um questionário específico para os alunos, obtendo-se assim respostas diferentes em algumas questões, e em outras, respostas mais parecidas umas com as outras, isso ocorreu tanto no questionário aplicado às professoras quanto no questionário aplicado aos alunos, foi perceptível essa situação em ambos os casos.

A partir da análise feita no terceiro capítulo, ficou evidente o quanto esses agentes que integram e fazem acontecer a Educação de Jovens e Adultos estão imersos num campo de esperança, quando as professoras respondem que desejam colaborar com o avanço educacional dos seus alunos e que buscam estimulá-los a seguirem estudando, são agentes educadoras movidas pela esperança.

O mesmo ocorre com as alunas e alunos pesquisados, em suas respostas, esses alunos e alunas dizem ter vontade e almejam concluir os estudos, como também visam ingressar numa universidade e obter uma formação em nível superior, o que não deixa de ser uma posição de

esperança também por parte desses estudantes. Nesse sentido, as contribuições de Paulo Freire para com este trabalho foram essenciais, pois ao trazer as colocações de Freire (2021) em suas obras: “A pedagogia do oprimido” e “Alfabetização, leitura de mundo e leitura da palavra”, Freire aborda também sobre a temática da esperança em uma transformação social através da educação.

Para além disso, Freire também coloca a Educação de Jovens e Adultos como uma formação crítica e que precisa ser realizada no sentido de promover a libertação do ser humano, ao condenar a educação bancária que percebe o aluno como uma folha em branco onde apenas o professor é o único detentor do conhecimento, Freire propõe uma educação dialógica, que se estabeleça através do diálogo, onde a experiência de vida do aluno também seja valorizada.

Não só Paulo Freire como Álvaro Vieira Pinto, Moacir Gadotti e outros autores expostos neste trabalho, também propõe esse tipo de educação, onde os saberes e os conhecimentos desse aluno oriundo das classes populares seja reconhecido e respeitado, e que a educação a ser ofertada seja um tipo de educação que possibilite a construção do conhecimento e do pensamento crítico, levando esse aluno ou aluna a compreender a sua própria realidade social e política, e que a partir daí seja capaz de transformá-la, ocorrendo assim a verdadeira formação educacional cidadã.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa. Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos.** Versão em Português: Cesar Amarilhas. Assunção, Paraguai. 2012.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB.** 9394/1996. BRASIL.

_____. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto** nº 9.765, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização (PNA). Brasília, 2019. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/697347146/decreto-9765-19>> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei no 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação ; n. 125).

BASEGIO, Leandro Jesus; BORGES, Márcia de Castro. **Educação de jovens e adultos: reflexões sobre novas práticas pedagógicas.** Curitiba: InterSaberes, 2013.

COSTA, Cláudia Borges; MACHADO, Maria Margarida. Constituição da Educação de Jovens e Adultos no Estado ampliado. In: _____. (org). **Políticas públicas e Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

DIÓGENES, Elione Maria Nogueira; PRADO, Edna Cristina (org). **Avaliação de políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar.** Maceió: EDUFAL, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021

_____. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos.** 1. ed. — São Paulo : Moderna : Fundação Santillana, 2014.

_____. **Alfabetizar e politizar. Angicos, 50 anos depois.** Foro de Educación, v. 12, n. 16, enero-junio 2014, pp. 51-70. Disponível em: <[file:///home/diego/Downloads/Dialnet-AlfabetizarEPolitizarAngicos50AnosDepois-4684122%20\(1\).pdf](file:///home/diego/Downloads/Dialnet-AlfabetizarEPolitizarAngicos50AnosDepois-4684122%20(1).pdf)> Acesso em 02 de março de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. **Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação.** Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em 14 de setembro de 2021.

IBGE. **Portal IBGE Educa, dados do analfabetismo no Brasil 2018-2019**. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html>> Acesso em 10 de janeiro de 2022.

NUNES, Dalma Persia Nelly Alves; CASTRO, Leticia Rodrigues. **Contribuições da perspectiva freiriana na Educação de Jovens e Adultos: alfabetização e identidade**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 12, n. 1, p. 41-55, jan./jun. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/20305>> Acesso em 14 de setembro de 2021.

OLIVEIRA, Maria Olivia de Matos. **Políticas públicas e educação de jovens e adultos**. EDUFBA 2007. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/f5jk5/pdf/nascimento-9788523209186-15.pdf>> Acesso em 12 de outubro de 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1984.

REIBNITZ, Cecília de Sousa; MELO, Ana Carolina Staub. **Pesquisa como princípio educativo: uma metodologia de trabalho para a Educação de Jovens e Adultos**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/yb4j3Sn68RMHj5RB6XgDPgL/?lang=pt>> Acesso em 12 de outubro de 2021.

STRELHOW, Thyeles Borcarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.38, p. 49-59, jun.2010. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5330896/mod_resource/content/1/BREV%20HIST%20C3%93RIA%20SOBRE%20A%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O%20DE%20JOVENS%20%20E%20ADULTOS%20NO%20BRASIL.pdf> Acesso em 20 de setembro de 2021.

VILANOVA, Rita; Martins, Isabel. **Educação em ciências e educação de jovens e adultos: pela necessidade do diálogo entre campos e práticas**. Ciência e Educação, v. 14, n. 2, p. 331-346, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ciedu/a/tRSxGNkbBQycN3srDp39NNN/abstract/?lang=pt>> Acesso em 18 de janeiro de 2022.